

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PRONAF NAS MESORREGIÕES DE GOIÁS (2015-19)

STRENGTHENING FAMILY FARMING: A STUDY ON THE DISTRIBUTION OF PRONAF RESOURCES IN THE MESOREGIONS OF GOIÁS (2015-19)

FORTALECIMIENTO DE LA AGRICULTURA FAMILIAR: UN ESTUDIO SOBRE LA DISTRIBUCIÓN DE LOS RECURSOS DEL PRONAF EN LAS MESORREGIONES DE GOIÁS (2015-19)



10.56238/revgeov17n1-001

Juliana Brito Prates

Mestrando em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado

Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)

E-mail: julianabprates@hotmail.com

Lattes <http://lattes.cnpq.br/0890453454231837>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7518-3959>

Divina Aparecida Leonel Lunas

Doutorado em Desenvolvimento Econômico

Instituição: Unicamp, Universidade Estadual de Goiás

E-mail: divina.lunas@ueg.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1924813918867102>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3395-1120>

Álvaro José de Amorim

Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades. Ciências humanas e aplicadas: (Filosofia) - Ciências

Sociais, Ciências Jurídicas (Direito), Ciências Econômicas (Economia)

Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)

E-mail: amorimalvaro7@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6042923439932361>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-9214-6259>

Marilza Dias de Souza

Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

E-mail: marilzapvinius@yahoo.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7297783126316554>



Marta Silva Santos Mendes

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidade
Instituição: Secretaria da Educação Municipal de Anápolis (SEMAD)
E-mail: smendes1976@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8805660844812127>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7108-8863>

Renata Cristina Beniz Lima

Graduações, Mestrados e Doutorados: Administração Bacharelado, Graduando em Direito Bacharelado, Especialização em Gestão Estratégica, Especialização em Gestão Pública e Gestão de Pessoas
Instituição: Universidade Estadual da Região Tocantinada Sul do Maranhão (UEMASUL), Faculdade Raízes, Faculdade Educamais (UNIMAIS), Faculdade Futura, FAVENI
E-mail: beniz100@hotmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0714152158571591>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-5187-8049>

Nélia Dias Nogueira Peixoto

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidades
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: neliapire@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9683532526896428>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4359-8582>

Fabício de Oliveira Chapini

Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas (CSEH)
E-mail: fabriciochapini@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0683133582799332>
Orcid: 0009-0004-8049-4764

Leidiane Francisca Ferreira

Mestranda em Ciências Sociais e Humanidade
Instituição: Universidade Estadual de Goiás
E-mail: leidianefrancisca393@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6331253223052274>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1320-0268>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar espacialmente a alocação dos recursos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) nas mesorregiões do estado de Goiás, compreendendo o período de 2015 a 2019. A agricultura familiar, historicamente relegada a segundo plano em detrimento da expansão latifundiária, encontrou no Pronaf, criado em 1995, um instrumento crucial de legitimação estatal e crédito. Através de uma pesquisa exploratória, bibliográfica e documental, utilizando dados do Banco Central do Brasil (BACEN) e do IBGE,



verificou-se a distribuição da linha de crédito de investimento. Os resultados indicam que, apesar de um montante de aproximadamente R\$ 4 bilhões destinados ao estado e de um crescimento horizontal no acesso ao crédito em regiões como o Leste Goiano (133%), há uma concentração significativa de 61% dos recursos na região Centro-Sul. Conclui-se que a distribuição permanece desigual, influenciada pela logística do agronegócio e conglomerados alimentícios, exigindo políticas públicas que promovam um desenvolvimento rural mais equitativo.

Palavras-chave: Pronaf. Agricultura Familiar. Crédito Rural. Desigualdade Regional. Goiás.

ABSTRACT

This article aims to spatially analyze the allocation of financial resources from the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) in the mesoregions of the state of Goiás, covering the period from 2015 to 2019. Family farming, historically relegated to a secondary role in favor of large landholding expansion, found in Pronaf, created in 1995, a crucial instrument for state legitimation and credit. Through exploratory, bibliographic, and documentary research, using data from the Central Bank of Brazil (BACEN) and IBGE, the distribution of the investment credit line was verified. The results indicate that, despite an amount of approximately R\$ 4 billion allocated to the state and horizontal growth in access to credit in regions such as Eastern Goiás (133%), there is a significant concentration of 61% of the resources in the Central-South region. It is concluded that the distribution remains unequal, influenced by the logistics of agribusiness and food conglomerates, requiring public policies that promote more equitable rural development.

Keywords: Pronaf. Family Farming. Rural Credit. Regional Inequality. Goiás.

RESUMEN

Este artículo busca analizar espacialmente la asignación de recursos financieros del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf) en las mesorregiones del estado de Goiás, durante el período de 2015 a 2019. La agricultura familiar, históricamente relegada a un segundo plano en favor de la expansión latifundista, encontró en el Pronaf, creado en 1995, un instrumento crucial para la legitimación y el crédito estatal. Mediante investigación exploratoria, bibliográfica y documental, con datos del Banco Central de Brasil (BACEN) y del IBGE, se verificó la distribución de la línea de crédito para inversión. Los resultados indican que, a pesar de los aproximadamente R\$ 4 mil millones asignados al estado y del crecimiento horizontal del acceso al crédito en regiones como el Este de Goiás (133%), existe una concentración significativa del 61% de los recursos en la región Centro-Sur. Se concluye que la distribución sigue siendo desigual, influenciada por la logística de los conglomerados agroindustriales y alimentarios, lo que requiere políticas públicas que promuevan un desarrollo rural más equitativo.

Palabras clave: Pronaf. Agricultura Familiar. Crédito Rural. Desigualdad Regional. Goias.



1 INTRODUÇÃO

A agricultura, atividade econômica de singular reconhecimento histórico brasileiro ao longo da história, cuja produção de alimentos expandiu-se sobre o território, dessa forma, conforme Lima *et al.* (2019), diante do interesse por uma maior produtividade do solo, surgiram técnicas, procedimentos e políticas públicas para melhoria da cadeia agrícola nacional.

No que tange ao processo de modernização da agricultura, os programas de ações e políticas públicas voltavam-se unicamente para os grandes latifundiários (Oliveira; Oliveira, 2018). Não obstante, Grisa *et al.* (2022) afirmam que o fortalecimento da agricultura familiar pautava-se pelo reconhecimento, formalização e estímulo público, com políticas agrárias e agrícolas, de desenvolvimento rural, segurança alimentar e, acima de tudo, com viés sustentável.

Diante dessa conjuntura, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, criado em 1995 como um meio de crédito público para o desenvolvimento do pequeno produtor rural, consistido para aquisição de novos insumos, mecanizações, automações e ampliações produtivas dentre outras (Gonçalves, 2023). O surgimento do Pronaf representou o reconhecimento e a legitimação estatal, sendo esse marco a representação da incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural (Grisa; Schneider, 2015).

Concomitantemente, o programa em si consolidou-se como uma política de crédito presente em todo o território nacional, cuja referência denota o fortalecimento do pequeno produtor, dessa forma, ao capitalizá-lo, transformaria-o em um agente ativo do mercado, que demandaria não somente insumos, equipamentos, produtos manufaturados e tecnologia, mas também ofertaria alimentos, matérias-primas e empregos (Alves, 2012).

Neste contexto, esta pesquisa verifica espacialmente a alocação mesorregional de Goiás dos recursos financeiros captados pela agricultura familiar através do Pronaf, durante o período de 2015 a 2020. Desse modo, coube a esta pesquisa questionar e analisar como se alocaram os recursos e os números de contratos do Pronaf nas mesorregiões de Goiás, durante os anos de 2015 a 2020. Assim, o recorte dado pela escolha única do Pronaf como instrumento de análise justifica-se em virtude de seu aspecto majoritário como crédito público. No período estudado, o Programa destinou em recursos cerca de R\$ 4 bilhões para o estado.

Posto isto, este trabalho está estruturado para fornecer uma visão ampla do desenvolvimento rural e dos recursos proferidos pelo Pronaf para a agricultura familiar na espacialidade das mesorregiões goianas. A primeira seção foca na apresentação, os materiais e métodos aplicados para justificar a qualidade do estudo, seguido da pelo levantamento da importância do Pronaf para o desenvolvimento econômico de Goiás. Na terceira parte, apresentam-se os dados referentes à distribuição dos recursos do Pronaf analisados anualmente com comparações entre as mesorregiões de



Goiás. Finalmente, as considerações finais que carregam a reflexão acerca dos principais achados e desafios futuros para a agricultura familiar de Goiás.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO RURAL E O CONTEXTO HISTÓRICO

Diante do processo histórico do desenvolvimento rural do Brasil, Furtado (2007) aborda que os agricultores familiares marcaram o desenvolvimento das primeiras atividades agropecuárias em função da sua diversidade. Mas, em meados do século XVI, a agricultura brasileira iniciou-se pela expansão latifundiária, através do regime escravista e monocultura. Transfigurou-se a estrutura da agricultura brasileira, com a finalidade de abastecer as principais culturas econômicas que predominavam naquele período, como a cana-de-açúcar e a pecuária extensiva.

Sabe-se que a agricultura familiar é caracterizada pela produção conduzida pelos próprios trabalhadores, também conhecidos como camponeses e pequenos produtores. Este modelo se fortaleceu no começo dos anos 1990 com a implementação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), que promoveu o desenvolvimento da agricultura no Brasil (Pasqualotto *et al.*, 2019). Agricultor familiar e empreendedor familiar rural é aquele que pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família (Brasil, 2006).

Nas décadas de 1960 a 1980, as transformações ocorridas não foram propícias ao desenvolvimento da agricultura familiar, relegada ao segundo plano quando tratada em conjunto aos setores mais ricos em capital, articulados pelo mercado internacional. E ainda, com esse processo de modernização, parte significativa dos produtores familiares migraram para o meio urbano, abandonando suas terras, por causa da baixa competitividade das suas propriedades diante da modernização (Troian; Machado, 2020).

2.2 O PAPEL DO PRONAF

No século XX, as políticas e ações do governo privilegiaram o financiamento das atividades produtivas por interconexões entre créditos de custeio e investimentos agrícolas, o que contribuiu para o avanço do latifúndio agropecuário de larga escala desenvolvido para o comércio internacional, concomitantemente, resultou em uma crise de abastecimento interno de alimentos no Brasil. Conforme aborda Pasqualotto *et al.* (2019), o colapso de abastecimento alimentar serviu como uma inquietação para a necessidade de criação de pequenas e médias propriedades focadas no cultivo de produtos alimentícios básicos.



Na procura de soluções para o sustento da agricultura familiar e para abrandar os impactos da falta de alimentos no mercado brasileiro, o governo fundou programas de amparo ao pequeno produtor, em especial o Pronaf, centrado no financiamento de custeio e investimento para promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído principalmente pela agricultura familiar (BNDES, 2023).

Neste contexto, o Pronaf assume o papel instrumental de conservação da sobrevivência do pequeno produtor rural do Brasil. Foi criado em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de uma reestruturação do conceito de área de abrangência da Política de Valorização da Pequena Produção (PROVAP), do governo Itamar Franco, no ano de 1994. O Pronaf cresceu exponencialmente a partir de 1997, quando ocorreu sua expansão para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, além de capacitação e pesquisa (Grisa; Schneider, 2014).

Os recursos fornecidos pelo Pronaf contribuíram na permanência dos agricultores familiares no campo, visto que, ao possibilitar os recursos para o custeio da safra ou para a aquisição de meios de produção para o plantio, garante que esses agricultores familiares beneficiados tenham condições financeiras para a quitação desses financiamentos rurais com a renda advinda da produção final, além da geração de postos de trabalho no campo (Grisa; Schneider, 2014).

Assim, conforme Fernandes, Welch e Gonçalves (2011) a inserção produtiva das famílias em vulnerabilidade do meio rural é um objetivo do Pronaf para promover a transformação dessas famílias, excluindo-as de programas de transferência de renda no longo prazo, devido à diminuição da dependência dessas famílias do setor público. Ademais, a agricultura familiar também assume um papel crucial na mitigação da insegurança alimentar, cujo retorno social é provido da elevação da quantidade ofertada de alimento no mercado, resguardando uma estabilidade de preços, tudo o mais constante.

Logo, essa evolução é condizente com o que relata Wanderley (2017, p. 69): “não resta dúvida que o PRONAF representou um salto significativo em relação às políticas anteriormente praticadas”. Portanto, a agricultura familiar está intrinsecamente ligada à sustentabilidade, uma vez que os agricultores familiares desempenham um papel crucial na garantia de alimentos mais saudáveis e na adoção de práticas que conservam os recursos naturais (Pasqualotto *et al.*, 2019).

3 METODOLOGIA

Neste estudo, utilizou-se a pesquisa exploratória, bibliográfica e documental. Conforme abordado por Gil (2008), a pesquisa de caráter exploratório é empregada para a obtenção de uma visão aproximada sobre um determinado evento, conceitualizando e/ou interpretando-o. Logo, mapeia-se o comportamento desse objetivo de análise diante do campo científico.



No interesse de responder ao objetivo principal deste estudo, conforme Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica foi usada como instrumento indispensável de informação, principalmente quando relacionada aos dados atuais e relevantes com a temática. Logo, a seleção dos artigos na revisão bibliográfica foi realizada através da mídia eletrônica, nos portais Capes, SciELO, Web of Science e Scopus, além dos bancos de dados abertos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

Para a pesquisa documental acerca do crédito rural foram consultados nos órgãos públicos que hospedam a legislação vigente ao Pronaf, tais como a Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (SEAPA) e a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER), além dos endereços que hospedam a legislação pertinente.

O período pesquisado estendeu-se de 2015 a 2019, assim, extraíram-se os valores pertinentes à linha de crédito de investimentos repassada a cada município de Goiás pelo Pronaf, excluindo, portanto, outras linhas de crédito, como custeio, comercialização e industrialização do Programa. Os valores atribuídos aos municípios foram separados pelas mesorregiões goianas durante o período amostral para verificar as devidas participações na utilização dos recursos financiados e analisados posteriormente de maneira descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 CARACTERÍSTICAS DO PRONAF PARA AS MESORREGIÕES DE GOIÁS

Teoricamente, a separação entre as políticas produtivas e assistenciais é uma utopia, pois, em sua totalidade, contribui de forma significativa para resultados amplos, tanto sociais quanto econômicos. Assim, um padrão de comparação, até mesmo de escala, não reflete, de fato, o quadro real atual dos resultados obtidos pelo Pronaf dentro da agricultura familiar e o retorno social na economia. Os períodos analisados se comparam em diversas ocorrências no meio rural, sazonalmente relacionadas, positivamente ou não, dentro do tema estudado (Corcioli; Camargo, 2018).

A agropecuária goiana passou a viver sob a lógica de mercado em meados do século XX. Reformas e novos moldes produtivos desenharam a matriz agroexportadora goiana, com um maior volume substancial de intervenção estatal, alimentadas por um enorme volume de capital investido. Nessa conjuntura, a utilização das terras ácidas e pobres em nutrientes dos cerrados, devido à mecanização, correção do solo, emprego da engenharia genética, da biotecnologia e da informática foi viavelmente significativa. A partir desse rompimento de paradigma econômico, a agropecuária tradicional, convencional, de subsistência, sufocou-se devido ao novo modelo de produção, moderno e altamente comercial (Oliveira *et al.* 2017).

Em Goiás, uma parcela considerável dos recursos destinados à pecuária, oriundos do Pronaf, agrupa-se na bovinocultura de leite, amplamente difundida entre os pequenos produtores familiares,



refletindo a realidade econômica dos goianos. Segundo Corcioli e Camargo (2018, p. 271), os dados revelaram "a tendência de aumentar o recurso aplicado nos contratos e manter o número de contratos efetivados quase inalterado, muitas vezes decrescente".

Existe também um viés constitutivo de acesso ao Pronaf entre os municípios goianos. Assim, destaca-se que as Mesorregiões Centro e Sul de Goiás recebem mais de 64% dos recursos do Pronaf, conforme Oliveira *et al.* (2017, p. 539), que observam que "algumas unidades regionais da Emater-GO chegam a elaborar até dez vezes mais projetos que outras". Segundo relato de Castro *et al.* (2014), a cadeia produtiva de leite e derivados de Goiás está concentrada na região centro-sul.

Assim, durante o período de 2015 a 2019, o total de recursos destinados aos pequenos produtores rurais de Goiás foi estimado em R\$ 947.580 milhões, distribuídos entre as mesorregiões. Essa tendência concentracionista é observada na regionalização dos acessos ao crédito, conforme a Tabela 1.

Mesorregiões	2015	2016	2017	2018	2019
Centro Goiano	48 736	40 348	58 750	63 342	77 876
Noroeste Goiano	26 511	24 338	29 752	36 312	38 614
Leste Goiano	9 871	6 500	8 186	16 173	18 748
Sul Goiano	36 515	36 336	57 626	70 245	85 078
Norte Goiano	31 905	19 426	29 408	39 057	37 927

Fonte: Elaboração Própria, (Bacen, 2024).

Em uma análise espacial, os dados divulgados pelo Bacen referentes às destinações dos recursos do Pronaf mostram que 61% de todo o recurso está concentrado expressivamente na região Centro-Sul de Goiás, sendo a região Leste a menos influente com 6%, seguidas do Noroeste goiano com 16% e Norte goiano com 17% de recursos advindos do programa para os pequenos produtores goianos.

Observa-se um crescimento horizontal significativo sobre o acesso ao crédito rural do Pronaf pelas mesorregiões analisadas (Tabela 1). No período estudado, o Leste goiano cresceu 133%, seguido do Centro goiano com 90% e o Noroeste de Goiás com 60%. Para o Norte de Goiás, o crescimento foi de 46% e para o Noroeste, 19%.

Essa evolução expressiva visualizada condiz com os totais de repasses de Goiás frente à região Centro-Oeste, quando quantificado sobre o total de recursos acessados. Estima-se pelo Bacen (2019) que, entre 2015 e 2019, o estado de Goiás alcançou cerca de 35% dos recursos do Pronaf destinados à região Centro-Oeste.

Conforme relata Tavares (2017), a cadeia do agronegócio é um fator comportamental de alta significância no direcionamento de recursos para regiões com grandes conglomerados alimentícios. Isso explica os dados referentes à Tabela 1, cujas regiões possuem os maiores indicadores



demográficos do estado. Assim, regiões mais afastadas dos centros, são limitadas ao desenvolvimento desigual diante das vantagens comparativas que grandes centros possuem como elevada demanda e estrutura produtiva.

5 CONCLUSÃO (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Os dados analisados revelam uma distribuição desigual dos recursos do Pronaf em Goiás, com uma concentração significativa na região Centro-Sul do estado. Esta disparidade reflete não apenas diferenças geográficas, mas também estruturais e econômicas entre as mesorregiões goianas. Enquanto o Centro-Sul recebe a maior parte dos recursos, outras regiões como o Leste, Noroeste e Norte apresentam acessos proporcionais menores.

O crescimento expressivo no acesso ao crédito rural do Pronaf em algumas mesorregiões, como o Leste goiano, destaca-se como um aspecto positivo, demonstrando a eficácia do programa em expandir seu alcance em áreas historicamente menos beneficiadas. No entanto, desafios permanecem em garantir uma distribuição mais equitativa dos recursos, promovendo um desenvolvimento mais inclusivo em todo o estado.

A influência da cadeia do agronegócio evidencia como grandes conglomerados alimentícios podem influenciar a alocação de recursos, concentrando investimentos em regiões com maior potencial de retorno econômico. Isso sugere a necessidade de políticas públicas que não apenas ampliem o acesso ao crédito, mas também promovam um desenvolvimento rural sustentável e equitativo, beneficiando todos os segmentos da agricultura familiar.

Em suma, o Pronaf desempenha um papel crucial na economia rural de Goiás, mas há espaço para melhorias na distribuição e eficácia dos recursos, visando um desenvolvimento mais balanceado e inclusivo entre todas as mesorregiões do estado. Para novos estudos, recomenda-se a ampliação do estudo, com recortes isolados em microrregiões, para que a observação seja mais direcionada e, acima de tudo, considere a dinâmica territorial dessas regiões, comparando os retornos sociais advindos do acesso ao fomento público para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado.

AGRADECIMENTOS

Manifesto minha gratidão a Deus e à minha família, alicerces desta jornada. À Universidade Estadual de Goiás (UEG) e ao corpo docente do TECCER, registro meu reconhecimento pelo decisivo aporte ao meu aprimoramento intelectual e profissional, com especial deferência à orientadora, Prof^a. Dr^a. Divina Aparecida Leonel Lunas. Estendo o agradecimento aos pares, representados por Álvaro José de Amorim, e à liderança do Programa de Pós-Graduação, referências de excelência e inspiração acadêmica.



A realização deste trabalho contou com a colaboração fundamental de diversas instituições que permitiram o acesso a dados e informações cruciais para a análise da agricultura familiar em Goiás. Agradecemos à Secretaria do Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás (SEAPA) e à Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (EMATER) pelo suporte institucional e pela manutenção de registros essenciais ao entendimento do setor.

Estendemos nossos agradecimentos ao Banco Central do Brasil (BACEN) e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cujas bases de dados abertos possibilitaram a extração dos valores e indicadores socioeconômicos que fundamentaram a pesquisa quantitativa e espacial apresentada. O acesso à transparência desses dados é vital para a continuidade de estudos que visem o fortalecimento de políticas públicas como o Pronaf.



REFERÊNCIAS

- ALVES, L. B. Agricultura Familiar no Brasil: uma proposta de política de garantia de renda para a redução de riscos na utilização de recursos do PRONAF. *Revista FACER*, v. 12, p. 13, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Manual do Crédito rural. Brasília: Bacen, 2020. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr/manual/09021771806f4fb1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- BNDES. Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf. Acesso em: 05 jul. 2024.
- BRASIL. Lei n. 11.326. 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 jul. de 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cartilha de acesso ao PRONAF: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar. Brasília, 2011.
- BREUSCH, Trevor S. Testing for autocorrelation in dynamic linear models. *Australian Economic Papers*, 17 (31): 334–55, 1978.
- CASTRO, M. de C.; LOPES, J. D.; SOUZA, R. G. de; SOUZA, C. B. de; NASCIMENTO, A. dos R. Cadeia Produtiva do Leite em Goiás: uma análise para o Território Estrada de Ferro. *Conjuntura Econômica Goiana*, n. 30, set. 2014. Disponível em: http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj30/artigo_06.pdf. Acesso em: 05 jul. 2024.
- CORCIOLI, G.; CAMARGO, R. de S. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). In: MEDINA, G. da S. Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico. 4. ed. Goiânia: UFG, 2018. 354 p.
- ERNST, J. A. Políticas de crédito rural e as particularidades do pronaf: impactos sofridos mediante as transformações econômicas recentes no Brasil. Disponível em <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/16322>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas de Agrocombustíveis no Brasil: Paradigmas e Disputa Territorial. *Revista Espaço Aberto, PPGG-UFRJ*, v. 1 n. 1 jan./jun. de 2011.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo. 6. Atlas, 2008.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- GUJARATI, D. N.; PORTER, D. Econometria Básica. 5. ed. [S.l.]: McGraw Hill Brasil, 2011.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo. 5. Atlas, 2003.



OLIVEIRA, G. R.; ARAÚJO, F. M.; QUEIROZ, C. C. A importância da assistência técnica e extensão rural (ater) e do crédito rural para a agricultura familiar em goiás. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 37, n. 3, p. 528–551, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/50769>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWSKY, J. G. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Santa Maria: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18455/Curso_Lic-Ed-Campo_Agricult-Famil-Desenv-Rur-Sust.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 jul. de 2024.

TROIAN, A.; MACHADO, E.T. L. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Brasil: análise da evolução e distribuição entre 1999 e 2017. *Desenvolvimento em Questão*, [S.l.], v. 18, n. 50, p. 109–128, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/8489>. Acesso em: 05 jul. 2024.

WANDERLEY, M. de N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66-83.

